



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Sessão Conjunta Cidades, Campos e Territórios e Classes, Desigualdades e Políticas Públicas

SEGREGAÇÃO E SUBJETIVIDADES DE CLASSES - O CASO DO METRÔ HIGIENÓPOLIS

PROMENZIO, Luany

Doutoranda

Universidade de Coimbra

luanypromenzio@gmail.com

Resumo

A segregação espacial é potencialmente um fator de interferência e manutenção da reprodução das desigualdades sociais. O posicionamento social dentro de um espaço público da Cidade pode contribuir nas práticas segregativas e, portanto na configuração dos contornos e limites de acesso entre grupos de classe. A presente comunicação apresenta parte de um estudo exploratório sobre um caso específico de protecionismo que ocorreu no bairro de Higienópolis em São Paulo, após uma ação de contestação dos moradores à construção de uma estação de metrô na Avenida Angélica. Ao abordar a temática de segregação do espaço sob uma ótica estruturalista, utilizo os conceitos de Pierre Bourdieu de *habitus* e *campo* como possíveis alternativas de compreensão dos quadros argumentativos que se inserem as justificativas de recusa da estação.

Abstract

Spatial segregation is potentially a factor of interference and maintain the reproduction of social inequalities. The social positioning within a public space of the city can contribute in segregating practices and thus the configuration of the contours and limits access between groups of class. This communication presents part of an exploratory study on a specific case of protectionism that occurred in the Higienópolis neighborhood of São Paulo, after a lawsuit challenged the residents to construct a subway station on Avenida Angelica. In addressing the issue of segregation of space under a structuralist perspective, I use the concepts of Pierre Bourdieu's habitus and field as possible alternative understanding of argumentative frames falling justifications for refusal of the season.

Palavras-chave: espaço social; campo; habitus.

Keywords: social space; field; habitus.

1. Introdução

A abordagem estruturalista de classes enquanto forma de abordar como os posicionamentos sociais dentro de uma estrutura social interferem nas ações sociais, podem auxiliar na compreensão das práticas segregativas que norteiam e delimitam os espaços da Cidade. As subjetividades de classes advindas dessas práticas, enquanto mecanismos de demarcação social advindas da insatisfação com a nova estação de metrô em Higienópolis atuam de forma consistente enquanto reprodutoras das desigualdades sociais. Mais do que confirmar seu posicionamento enquanto grupo social com enorme influência perante o Estado, procurando não se basear em ideias preconcebidas e indevidamente não fundamentadas, esse estudo teve como principal objetivo conhecer dentro dos quadros argumentativos dos moradores do bairro, suas condições objetivas e subjetivas como principais componentes explicativos para essa ação. A análise pautou-se em uma sociologia crítica de Pierre Bourdieu, pertinente para discussões relacionadas aos comportamentos de classe, principalmente por conjugar as condições objetivas e subjetivas enquanto formas de reconhecimento das práticas dos agentes.

2. Subjetividades de Classes

Pierre Bourdieu analisa as classes sociais diante da estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere a cada uma delas os efeitos que exercem nas práticas o seu valor específico (Bourdieu, 2012, p. 183). Ao analisar o sentido das práticas através experiência social de classe ou fração de classe, cria condições de verificar as estruturas desiguais das sociedades contemporâneas a um plano mais amplo.

Partindo para a tentativa de resolver o debate epistemológico da sociologia, entre estrutura e ação, ou estruturalismo e individualismo metodológico, sua metodologia de pesquisa pauta-se na compreensão mais aproximada dos agentes identificando as estruturas das relações objetivas, presente e passada e as estruturas invisíveis (subjetivas) enquanto complementares entre si. Em outras palavras, não se pode compreender as atitudes dos agentes sem distinguir os constrangimentos dessas estruturas (Bourdieu, 1999, p. 705).

Nesse sentido, o posicionamento estrutural não é somente construído de maneira objetivada (de acordo com seus níveis de rendimentos ou ocupacionais), mas também por diversas variantes que os inserem no espaço social.

Quando Bourdieu analisa o conceito de Espaço Social, situa-o como um lugar fictício, uma “realidade invisível” (Bourdieu, 1994, p. 10). Constituído de acordo com três dimensões, volume de capital, estrutura do capital e evolução dessas duas propriedades no tempo (Bourdieu, 2012, p. 195), sua distribuição de capitais é dada primeiramente pelo volume global de capital sob diferentes espécies¹ e segundo, pelo peso relativo dessas espécies nesse volume total de capital, condicionando as relações e determinando a estrutura conforme a classe, que varia de acordo com os diferentes estilos de vida e reprodução do *habitus* (Bourdieu, 1994, p. 7). A similaridade ou diferença destes vai direcionar os agentes para posições mais próximas ou mais afastadas. Quanto mais comum, maior a aproximação, e quanto maior a diferença, maior a distância entre os agentes, ou grupos de agentes dentro desse espaço social.

Os agentes sociais estão posicionados no espaço social de maneira semelhante do ponto de vista do volume de capital e estrutura de capital, seus comportamentos são adaptados a essas condições objetivas (Bourdieu, 1998, p. 129) que devem levar em conta principalmente o espaço geográfico socialmente hierarquizado (Bourdieu, 2012, pp. 205-206).

É nesse sentido que introduzo o objeto empírico (bairro de Higienópolis) como meio de observação desse espaço de estilos de vida e *habitus* na tentativa de perceber através deles um valor explicativo para as práticas dos agentes envolvidos no caso no metrô.

Conjugado a isso, o conceito de campo em Bourdieu surge na justificativa da ação advinda da estrutura e do posicionamento no espaço social que se define, essencialmente, pela concentração de diferentes tipos de capitais dentro de cada campo. Juntos, campo e *habitus* criam a posição dos agentes que, possuindo níveis de

capitais semelhantes ou não, podem se aproximar ou distanciar dentro desse espaço. Ao mesmo tempo é espaço de interiorização da estrutura social e a exteriorização do *habitus*.

Como local e espaço das relações entre grupos com diferentes posicionamentos sociais, através do campo pode-se observar e definir a estrutura social e sua posição, essencialmente pela concentração de diferentes tipos de capitais dentro dele. Sendo assim, o nível social e o poder específico que os agentes recebem no campo particular depende do capital específico que podem mobilizar (Bourdieu, 2012, p. 195).

Ao ser local de luta por capital, a ação advinda dessa posição, que é causa e efeito do *habitus*, gera a estrutura prática. Espaço onde se estrutura o *habitus* e onde se concretiza a estrutura objetiva das posições e estrutura subjetiva das disposições, moldando e configurando o campo onde os indivíduos se inserem em lógicas específicas, determinam as coisas que têm valor no mercado separando as que são pertinentes e eficientes no jogo considerado. Mas também as que, na relação com o campo, funcionam como capital específico e, por isso, como fator explicativo das práticas.

A partir dessa perspectiva, Bourdieu analisa os espaços geográficos como representações advindas desses diferenciais entre capitais, que podem ser de diferentes espécies, não sendo somente o econômico o potencial nivelador, incluindo dentre eles o capital simbólico, geralmente comum a todos os membros de um grupo.

É assim que o espaço físico aparece para o autor como mais uma forma de verificação simbólica do que são as distinções do espaço social.

É dentro desta perspectiva, que o estudo analisou como os discursos advindos desse posicionamento no espaço social, onde o espaço geográfico, sendo um fator de delineamento de condições de vida e, portanto, de estilos de vida, cria condições de observação dos diferentes *habitus*, como instrumento de proteção dos diferentes capitais dentro do campo específico, além disso, revelam os mecanismos de separação que os agentes inseridos nesse campo utilizam e como essa prática pode configurar ou barrar o acesso de outros agentes, com outros níveis de capitais, a esse mesmo campo. O espaço geográfico, ao ser uma forma de representar o espaço social, seja pelo volume de capital, seja pela estrutura, pode ser também um palco de observação dos comportamentos advindos do *habitus* gerado pela posição nessa estrutura.

3. Conhecendo o contexto do objeto – o Bairro de Higienópolis

A história brasileira, sob a ótica do acesso à propriedade privada, está profundamente ligada à distribuição desigual das terras demarcadas pela Coroa Portuguesa desde as sesmarias. Com a Lei de Terras no século XIX, implantou-se uma lógica mercadológica favorecendo aqueles que já detinham um determinado espaço pré-estabelecido, intensificando e reforçando a desigualdade sócio espacial, transferindo poder e riqueza para as elites, criando uma estrutura institucional e política forte, regulando o acesso a terras, criando barreiras para não alterar a hegemonia elitista (Ferreira, 2005). A contribuição do Estado foi o maior responsável para formação e preservação dessa classe (Antonucci, 2006).

Do Império escravista à República, novos rumos foram dados à ocupação do espaço, limpando a cidade de elementos indesejáveis de maneira brusca, desnordeando boa parte da população em habitações coletivas, cortiços e estalagens, sendo esse o único destino dos trabalhadores com salários muito baixos (Moreira, 2010, pp. 166-167).

São Paulo, com o surgimento da forte industrialização, polo exportador cafeeiro e maior cidade do país no século XX, contribuiu para uma mudança maciça dos fazendeiros, trazendo nova arquitetura à cidade, em que o modernismo e o desenvolvimento viriam a ser fundamentais para sua visibilidade internacional.

Surgem, nessa época, uma crescente segregação social com novos espaços e cortiços habitados pela mão-de-obra que daria sustentação ao sistema industrial e cafeeiro. As áreas periféricas começam a ser desenhadas, configurando-se em aglomerados, isentos de investimentos em infraestrutura, reforçadas pelos interesses e pela implantação de políticas públicas de urbanização advindas de um grupo menor e detentor de grande poder econômico (Ferreira, 2005).

Esse poder sobre o espaço contém uma força dupla resultante da propriedade privada e do seu conhecimento sobre a ação do Estado. E se este não pode decretar a segregação espacial, cria então uma ideologia, de acordo com a qual, social e politicamente, as estratégias de classe acabam por tenderem para a segregação, configurando-se na formação de guetos, sejam eles formados por elites ou por grupos marginalizados, criando isolamentos naturais, homogeneizando ou distanciando diferenças entre os modos de vida, a cultura urbana e os habitus de classe que vão formando práticas sociais (Lefebvre, 2012, p. 100).

Dessa maneira, a segregação espacial que ocorreu em São Paulo desde o século XIX possibilitou a formação de uma cidade formada por grupos sociais à margem da sociedade que contribuiu para a formação da cidade. A condição de mão de obra e de baixo rendimento obrigou-os a constituírem suas habitações fora do centro, nas periferias (Ferreira, 2005, p. 10).

O distanciamento da massa operária em relação às melhores condições de serviços públicos e de transporte já começava a se formar nas proximidades das fábricas existentes. Ou seja, a estruturação social foi delineando a segregação social com a configuração espacial que deu forma à cidade industrial (Bogus & Pasternak, 2004). Mas assim como se formaram bairros de operários, bairros elitizados para servir a alta burguesia da época também contribuíram para a delimitação da esfera geográfica como representação social, como Paulista, Cerqueira César e Jardins (Bogus & Pasternak, 2004 apud Blay, 1985, p.51).

Houve uma higienização de espaços que passaram a ser privilegiados pela sua localização, principalmente para a zona oeste e áreas próximas aos grandes centros urbanos desenvolvidos, sendo exclusivos de uma classe detentora de poder econômico e prestígio (Antonucci, 2006).

Higienópolis foi um bairro tradicionalmente construído pela elite cafeeira, valorizado pelo forte desenvolvimento da cidade de São Paulo e teve contribuição Estatal de leis específicas de preservação de seu alto padrão. O poder público e a iniciativa privada tornaram o bairro de elevado valor imobiliário (Antonucci, 2006). Ao longo do tempo, o bairro ganhou forte influência e tornou-se um modelo a ser seguido pela excelência da sua infraestrutura, saneamento básico e ruas pavimentadas que davam suporte aos grandiosos lotes e palacetes construídos desde 1898 e que, a partir de 1930, se transformariam, com base numa intensa verticalização, em edifícios modernos de influência contemporânea, simplista, de transição ao modernismo (Marçal, Pereira, & Gaggetti, 2011).

O atrativo do bairro de Higienópolis e suas facilidades cotidianas, provenientes dos diferentes serviços promovidos por esse espaço público, ultrapassam seu caráter funcional. Apesar da polêmica construção de um *shopping center*, há alguns anos atrás, ter agitado uma manifestação contrária à sua implantação, por se tratar de um local que contemplaria serviços diferenciados, atraindo públicos de outras regiões, a resistência não superou a lógica mercantilista e separatista (Antonucci, 2006, p. 11). O *shopping center* vingou. No entanto, outros elementos que fogem a essa lógica, como o transporte público segue uma tendência repulsiva por parte desses agentes, que, partilhando condições de vida semelhantes, tendem a corroborar das mesmas opiniões.

Em 2011, houve um abaixo-assinado realizado pela *Associação Defenda Higienópolis* recolhendo mais de 3,5 mil assinaturasⁱⁱ contra a construção da estação de metrô da Linha 6- Laranja na Avenida Angélica, em Higienópolis.

A pertinência em conhecer melhor esse inconveniente ocorrido em Higienópolis foi extremamente importante para compreensão dos diferentes comportamentos sociais, advindo principalmente pelo posicionamento dentro desse espaço social que de certa maneira regem e configuram os limites impostos pela segregação espacial, social e, portanto, a reprodução das desigualdades.

4. Protecionismo ao bairro e manutenção dos capitais – casos analisados

Algumas entrevistas foram realizadas com alguns moradores de forma a compreender os motivos dessa recusa. Alguns discursos afirmavam seu enraizamento ao bairro e sua visão simbólica com referenciais de beleza, limpeza, e serviços diferenciados. Em contrapartida o metrô possuía características opostas ao bairro, como símbolos de aglomeração de pessoas, violência e empobrecimento estético da região. Notou-se por

diversas vezes a valorização do bairro e a visualização da estação de metrô como um inconveniente permanente. O protecionismo constante em relação aos capitais existentes no bairro, entre eles, a tranquilidade, a limpeza e segurança apareceram em todos os discursos.

Até mesmo os mais jovens possuíam discursos semelhantes aos demais, enfatizando diversas vezes a importância de não construir o metrô no bairro por conter fortes atributos negativos que mudariam a configuração espacial e simbólica do bairro. A preocupação com a estética e tranquilidade evidenciada pela necessidade de manterem o bairro somente com moradores estava presente em quase todos os discursos enquanto forma de manter seus capitais econômicos e principalmente simbólicos que o bairro oferece.

O metrô surge como sinônimo de aglomeração e aumento do comércio, o qual contribuiria para degradação e descaracterização do espaço público que rodeia o bairro. Além disso, corroboram com a argumentação da não necessidade por vezes marcada pelos seus estilos de vida, na sua maioria usuários de veículo próprio.

Seu posicionamento estrutural como diria Bourdieu, fica latente do ponto de vista de uma estrutura objetiva que desencadeia comportamentos subjetivos através do *habitus*. Além disso, os estereótipos dos outros grupos pertencentes aos usuários de metrô, ao posicionarem-se em outro ponto da estrutura, são evitados enquanto classe que desvalorizaria esteticamente o ambiente de Higienópolis, seja do ponto de vista estético, seja pela aglomeração e conseqüentemente, do aumento do medo e violência.

Uma questão muito importante estava relacionada à percepção de necessidade do metrô no bairro e fora dele. Em quase todos os discursos, a defesa por mais estações em São Paulo eram sempre afirmadas como positivas. No entanto, só percebiam essa necessidade fora do bairro ou em bairros que já conheciam ou já tinham visitado, ou seja, como não frequentavam a periferia, quase nunca mencionavam os locais efetivos, como locais carentes de transporte público. Arelado a isso, e conseqüentemente, quando questionados sobre a necessidade dessa estação servir os trabalhadores do bairro, essa opção era sempre rejeitada. O discurso de ausência de necessidade no bairro estava ligado principalmente à falta de uso dos moradores. Os trabalhadores e principalmente as empregadas domésticas tornavam-se invisíveis. Em quase todas as entrevistas, os moradores não mencionam suas prestadoras de serviço como usuárias de metrô. Estas eram simplesmente esquecidas.

A figura do camelô (vendedor ambulante) e os moradores de rua eram também citados como possíveis problemas quanto às questões estéticas e de segurança. O morador de rua aparece como um componente importante de desvalorização dos capitais inseridos no bairro e principalmente como um elemento chave de perturbação à tranquilidade no espaço público de Higienópolis. A necessidade em manter protegido o bairro contra esse contingente enquanto bairro de elite é revelador.

Esse elemento de análise que surge no discurso dos moradores é essencial para verificar como os moradores sentem-se em relação ao desconhecido. Há uma separação em diversos momentos, entre “os de dentro” e “os de fora”. O metrô surge como a possibilidade de mistura entre as classes que ao ser colocado dentro do bairro, assim como consequência o camelô e de forma indireta e não menos importante, o morador de rua, sua aproximação torna-se perturbadora.

Outro exemplo a ser inserido dentro desse contexto é a figura do Shopping Center (O Shopping Higienópolis) que surge nos discursos como um separador, um elemento diferente do metrô que corroborou também com uma polêmica no bairro quando foi construído. Em algumas entrevistas, ao relatarem o ocorrido com o metrô, alguns moradores recordaram-se da manifestação ocorrida quando o shopping foi construído. Assim como a recusa pelo metrô, o shopping Higienópolis também contou com a resistência dos moradores da região. No entanto, sua construção vingou. Apesar de alguns relatarem que foi um problema para a região, o que se percebe é que a aceitação pelo shopping foi mais facilmente entendida, principalmente por ser um local privado e facilitador da segregação espacial e social. A maior parte dos discursos referenciava o ocorrido em outros tempos e de como isso se repercutiu de maneira semelhante. No entanto, percebe-se nos discursos que o *shopping* apesar de ter causado estranhamento, não detinha as mesmas simbologias do metrô. Sua referência era sempre relacionada a um local que segrega seja pelo custo, seja pelo acesso. Ao ser reconhecido como um shopping diferenciado pelos seus símbolos de poder econômico e de status, a segregação já ocorria de forma natural.

Se por um lado o metrô é um transtorno evidente em diversos casos, o *shopping* aparece como um instrumento de separação e de valorização do bairro. Seu diferencial em relação aos outros Shoppings da cidade e a dificuldade de acesso aos bens comercializados por este, criam um distanciamento já esperado pelos moradores. A segregação espacial por si só não é o único problema, mas fica evidente que as subjetividades criadas nesse espaço mostram aos “de fora” como um espaço a ser evitado, seja pelo acesso físico (espacial), seja principalmente pelo sentimento de não pertencimento, por possuírem outros capitais, não condizentes com os que o bairro possui em seu todo.

5. Reflexões finais

Ao reconhecer Higienópolis como um bairro diferenciado historicamente pelo seu contexto social, econômico, cultural e político desde sua construção, a investigação procurou verificar os mecanismos de protecionismo ao local através dos discursos dos moradores a respeito da recusa do metrô. Ao relacionar a questão do espaço geográfico como expressão das diferenças sociais, verificou-se que os comportamentos advindos de grupos como dos moradores de Higienópolis são uma maneira de explicar como as barreiras sociais podem ser traçadas do ponto de vista destes. Portanto, a segregação espacial pode ser também uma explicativa para ações desses grupos que ao atuarem no campo, acabam por configurá-lo.

A compreensão de como os agentes atuam nesse espaço, aparece aqui como ponto principal de análise. Diante disso que, os conceitos de Bourdieu, de *campo* e *habitus* surgem como um dos caminhos de interpretação. E se o *habitus* é fruto tanto dos estilos de vida e também da influência das propriedades objetivas dos agentes, nesse caso, o espaço geográfico, e o *campo*, local de observação e reprodução do *habitus* podem ser explicativos dessa rejeição pelo metrô.

Diante de algumas análises feitas pelas entrevistas e com o objetivo de compreender os elementos de recusa ou aceitação e, portanto a predisposição dos moradores, a análise se concentrou nas categorias mais referenciadas pelos moradores.

Ao falarem do metrô conseguem articular diversos apontamentos positivos e negativos traçando paralelos em relação a outros metrôs conhecidos e geralmente o fazem de acordo com outros países da Europa e Estados Unidos da América. A falta de uso, dada por um estilo de vida voltado exclusivamente pelo uso do automóvel não impede a análise dos problemas e nem dos pontos positivos de modernidade e limpeza das linhas e estações mais novas, porém, a percepção da necessidade do metrô no bairro nunca é ponderada, até mesmo no caso do uso intenso de transporte público (um dos casos analisados).

Além disso, os entrevistados nunca pontuam o bairro como carente de estações, principalmente por alegarem a proximidade com outras estações nas extremidades do bairro. Esses condicionantes fazem com que desconsiderem as dificuldades dos trabalhadores do bairro, sendo estes invisíveis muitas vezes.

Além de não enxergarem os trabalhadores, não conseguem percebê-los enquanto prestadores da imensa gama de serviços prestados ao bairro. Há uma percepção de que o bairro é puramente residencial pela maioria, não de frontando esse contingente como pertencentes à relação comercial do bairro.

O simbolismo do bairro aparece em profunda evidência quando relacionam o metrô com o bairro. O descompasso entre as características ruins do metrô e a intensa variedades de bons atributos do bairro são colocados intensamente pelos moradores em diversos momentos. Frases como “*aqui não*”, “*em Higienópolis não há necessidade*” ou “*Higienópolis não é um bairro comercial*” ecoam como afirmação explícita de recusa. Quando fazem referências aos aspectos físicos do metrô, os camelôs (vendedores ambulantes) surgem como uma associação a descaraterização do bairro, pois aparecem como alterações do espaço físico e descaraterização do bairro, sinônimo de aumento de fluxo de pessoas, sujeira e empobrecimento. Os mendigos (moradores de rua) também são outra preocupação, apesar de não se relacionarem com o metrô diretamente, grande parte dos moradores, alegam a proliferação destes nos últimos anos como um dos maiores problemas enfrentados pelo bairro, portanto, são visto de maneira semelhante aos camelôs.

O bairro é visto pela maioria como um local diferente dos outros bairros, contendo capitais específicos de aproximação com outros locais da cidade, centros financeiros, pontos de cultura, e principalmente pelas características de bairro residencial dentro de uma grande metrópole.

Sendo assim, a recusa pelo metrô é predominante entre os entrevistados principalmente pela sua posição no espaço geográfico da cidade, e consequentemente pela posição social em que ocupam no campo de disputa. Ao estarem localizados em um bairro com intensa prestação de diversos serviços agem para proteger esse privilégio. No entanto, essa ação faz com que não percebam aqueles que estão posicionados em outros pontos da cidade. A negação da estação no bairro justificada pela ausência de demanda, a necessidade do afastamento e a desconexão entre os símbolos entre o metrô e o bairro faz com que os moradores não percebam os prestadores de serviços do bairro e principalmente aqueles que lhes prestam serviço diretamente (empregadas domésticas).

Ao posicionarem-se em um bairro com uma variedade de acessos a bens e serviços sua percepção sobre os “outros” torna-se ofuscada. Na verdade, o que se vê é somente a ponta de um *iceberg* diante de uma infinidade de comportamentos segregativos e preconceituosos em relação aos menos favorecidos da sociedade. O “não ver” o outro, ou “vê-lo” para além de ser uma negação é a sua exclusão.

Referências Bibliográficas

- Antonucci, D. (2006). Higienópolis: formação e transformação. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v.6 n.1.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- Bourdieu, P. (1998). *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (1999). *A miséria do mundo*. Petropolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (2004). *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (2012). *A Distinção. Uma Crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70.
- Ferreira; M., Artur Teodoro de (coords.), PORTUGAL: percursos de interculturalidade, Volume II - Contextos e Dinâmicas (2008). Lisboa: ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 119-172.
- Jacobs, J. (2001). *Morte e Vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lefebvre, H. (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (2012). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Estudo e Livraria Letra Livre.
- Marçal, A. P., Pereira, T. R., & Gaggetti, L. F. (25 a 28 de Outubro de 2011). VIII EPCC-Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar. Maringá, Parana, Brasil: CESUMAR.
- Maricato, E. (1996). *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec.

ⁱ Pierre Bourdieu ao referir-se a capital envolve o capital econômico (rendimentos, salários, ocupações e bens de propriedade privada), o capital social (relações sociais que capacitam o agente a angariar melhores oportunidades perante seus relacionamentos pessoais ou profissionais) o capital cultural (grau de escolaridade, diplomas ou títulos), e o capital simbólico (que pode ser representado pelos status de pertencimento a algo ou alguma classe ou até mesmo a honra).

ⁱⁱ Moradores de Higienópolis, em SP, se mobilizam contra estação de metrô. Folha de São Paulo. Endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/782354-moradores-de-higienopolis-em-sp-se-mobilizam-contr-a-estacao-de-metrô.shtml>